



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E O IPADE, ENTIDADE MANTENEDORA DA UNICHRISTUS, PARA OS FINS QUE A SEGUIR ESPECIFICAM (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8515286-84.2017.8.06.0000).

CV N.º 212/2017

Por este instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambeba, em Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Francisco Gladysson Pontes, doravante denominado TJCE, e, de outro lado, a **ENTIDADE MANTENEDORA DA UNICHRISTUS (UNICHRISTUS), IPADE - Instituto para o Desenvolvimento da Educação Ltda.**, CNPJ nº 04.102.843/0001-50, com endereço à Av. Dom Luís, 911, Aldeota, nesta Capital, neste ato representado por seu Pró Reitor de Planejamento e Administração, Dr. Estevão Lima de Carvalho Rocha, doravante denominada CONVENIADA, resolvem firmar o presente Convênio, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do Objetivo

O presente Termo de Convênio de Cooperação Técnico-Pedagógico tem por objetivo **estabelecer a cooperação entre as partes para eventual concessão de abatimento, percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor das parcelas das mensalidades no Curso de Mestrado Acadêmico em Direito** para pessoas encaminhadas (servidores/familiares) pela CONVENIENTE que tenham obtido aprovação em processo seletivo da CONVENIADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O abatimento citado no caput deste artigo não se aplica aos livros, taxas de serviços, carteira de estudante, materiais de proteção individual nem materiais didáticos do curso, os quais devem ser adquiridos pelos beneficiários.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As datas dos Processos Seletivos serão amplamente divulgadas no site da CONVENIADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Ciente da(s), data(s) do(s) Processo(s) Seletivo(s), deve a CONVENIENTE divulgar e providenciar a(s) inscrição(ões) dos seus encaminhados (servidores/familiares) para se submeterem ao exame seletivo da CONVENIADA.

Cláusula Segunda – Das Obrigações das Partes

A) OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

I – Encaminhar à CONVENIADA seu(s) funcionário(s) ou familiar(es) que tenha(m) interesse no teor deste Termo de Convênio, certos que, cada pessoa encaminhada

CV N.º 212/2017



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

pela CONVENIENTE deve apresentar o "Termo de Encaminhamento" (modelo padrão constante do ANEXO 1).

II – A CONVENIENTE se compromete a divulgar este Termo de Convênio de Cooperação Técnico-Pedagógico e assuntos a ele relacionados nos seus veículos próprios de comunicação e em outros canais eventualmente disponíveis.

III – A CONVENIENTE se compromete a informar a todos que encaminhar que, em vindo a(s) pessoa(s) encaminhada(s) a aceitar(em) ser(em) beneficiária(s) do Termo de Convênio de Cooperação Técnico-Pedagógico e, assim, cursar o Mestrado Acadêmico em Direito e obter o respectivo abatimento pactuado, deverá(ão) a(s) mesma(s), a cada início de semestre letivo, firmar, sob sua responsabilidade, o Contrato de Prestação de Serviços Educacionais com a CONVENIADA, submetendo-se ao Regimento Geral da Instituição Educacional, bem como, a todas as suas regras, Editais, Normas e Portarias, bem como, responsabilizando-se pelo pagamento do restante do valor da semestralidade não atingido pelo abatimento.

B) OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

I – Recepcionar os encaminhado(s) pela CONVENIENTE.

II – Firmar Contrato de Prestação de Serviços Educacionais com os encaminhados que assim desejarem concedendo o abatimento pactuado.

III – Ministras graduação no Curso de Mestrado Acadêmico em Direito, certos que a CONVENIADA utilizará seus meios didáticos-pedagógicos e de seus docentes, CONFORME Projeto Pedagógico específico de cada Curso.

Cláusula Terceira – Da Vigência

O Convênio vigorará por prazo de 36 meses, a contar desta data, reservando-se às partes, a qualquer tempo e de comum acordo, o direito de ajustá-lo mediante comunicação escrita formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante aviso prévio e escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O presente Convênio poderá ser rescindido, sem comunicação prévia, por infringência de qualquer uma de suas cláusulas, ou na hipótese de falência ou decretação de insolvência de qualquer das partes.

Cláusula Quarta – Das Disposições Finais

O curso será ministrado pela CONVENIADA, que utilizará seus meios didático-pedagógicos e de seus docentes, seguindo o Projeto Pedagógico do Curso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As partes são entidades jurídicas totalmente independentes entre si, não gerando este Termo de Convênio de Cooperação Técnico-Pedagógico qualquer vínculo societário ou empregatício entre as partes.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O TJCE não responde, solidária ou subsidiariamente, por quaisquer inadimplementos de mensalidades ou danos de responsabilidade de

CV N.º 212/2017



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

seus servidores ou de seus dependentes que venham a ser contemplados com o desconto de que trata o presente Convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As partes convenientes declaram, sob as penas da lei, que os signatários do presente Termo de Convênio de Cooperação Técnico-Pedagógico são seus representantes legais, devidamente habilitados pelos respectivos Estatutos/Contratos sócias, com plenos poderes para assumir as obrigações ora formalizadas.

Cláusula Nona- Da Publicação

O Tribunal de Justiça é o responsável pela publicação do extrato do presente Convênio do Diário da Justiça.

Cláusula Quinta – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza/CE, como competente para resolver quaisquer questões oriundas do presente Convênio, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e acertadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de um só teor, na presença das testemunhas abaixo.

Fortaleza, 16 de OUTUBRO de 2017.



DESEMBARGADOR FRANCISCO GLADYSON PONTES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ



DR. ESTEVÃO LIMA DE CARVALHO ROCHA
PRÓ REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
UNICHRISTUS

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: 624.758.863-15

Nome: _____

CPF: 183.816.693-91



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I
AO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

TERMO DE ENCAMINHAMENTO

DADOS DO CONVENENTE:

Razão Social: _____

Nome de fantasia: _____

Endereço: _____

Data da assinatura do Termo de Convênio de Cooperação Técnico-Pedagógico: ____/____/____

Em conformidade com o Termo de Convênio de Cooperação Técnico-Pedagógico firmado, segue o encaminhado descrito abaixo.

DADOS DO ENCAMINHADO (A):

Nome: _____

Endereço: _____

Vínculo com CONVENENTE: _____

RG Nº: _____ CPF Nº: _____

Fone: _____ Celular: _____

Curso: _____ Turno: _____

Percentual de abatimento do convênio: _____

O(A) encaminhado(a) especificado(a) acima declara que leu o Termo de Convênio de Cooperação Técnico-Pedagógico, tem conhecimento de todo o seu conteúdo, bem como, declara que, em sendo aprovado em processo seletivo, firmará juntamente com seu Responsável Financeiro (podendo ser o próprio encaminhado se atendido o estipulado no Edital do Processo Seletivo) Contrato de Prestação de Serviços Educacionais com a UNI-CHRISTUS. Assim como, ratifica que se submeterá ao Regimento Geral da Instituição Educacional e a todas as suas regras, Editais, Normas e Portarias, bem como, responsabilizar-se-á pelo pagamento do restante do valor da semestralidade não atingido pelo abatimento objeto do Termo de Convênio.

CONVENENTE

ENCAMINHADO(A)

Testemunhas: _____